



Renan (2º à esq., sentado entre César Borges e Efraim Morais) recebe documento com 34 assinaturas

Rosswell/Arquivo

CPI do Apagão Aéreo é requerida por senadores

Parlamentares da oposição entregaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o requerimento de criação da chamada CPI do Apagão Aéreo. Renan determinou à Secretaria Geral da Mesa o prosseguimento do processo. **Página 5**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.575 – Brasília, quinta-feira, 19 de abril de 2007

Pacote contra violência passa na CCJ

Fundo deve custear vigilância eletrônica em cidades

Penas alternativas podem levar condenados à sala de aula

Empresas terão incentivo para qualificação de condenados

Proposta torna inafiançável o crime de lavagem de dinheiro

Projeto diz o que é e o que não é sigiloso na investigação

A Comissão de Justiça aprovou ontem cinco projetos que integram o pacote contra a violência e rejeitou um – o que visava conceder aos estados poder de legislar em matéria de direito penal. Algumas propostas, como a que aumenta o rol de penas alternativas, tiveram decisão terminativa, enquanto outras, como a que combate a lavagem de dinheiro, vão a Plenário. **Página 3**

Cana não ocupará terra de alimentos, afirmam ministros

O plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol não ameaça a produção de alimentos, segundo Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, e Roberto Rodrigues, ex-titular da pasta. **Página 8**

Contrapartida dos municípios no PAC

A contrapartida dos municípios no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pode cair a 0,1%, conforme projeto aprovado pela Comissão de Orçamento. **Página 6**

Collor propõe o parlamentarismo

Por considerar o presidencialismo “uma exceção no conjunto das nações”, Fernando Collor apresentou proposta que institui o parlamentarismo no Brasil. **Página 7**



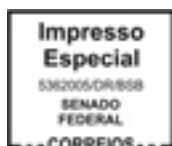
Na reunião da Comissão de Justiça, Mercadante (em pé, entre Demostenes e Simon) conversa com Marconi (E)

Cláudio/Arquivo

Pesquisa DataSenado: impunidade gera violência

A impunidade é apontada pelos brasileiros como a principal causa da violência, segundo pesquisa DataSenado. O estudo mostra ainda que 69% dos entrevistados querem o aumento da pena máxima, hoje fixada em 30 anos, e que 93% defendem a exclusão

de benefícios para quem pratica crime hediondo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, ao divulgar a pesquisa, que o Plenário realizará esforço concentrado para analisar o pacote antiviolação logo após sua aprovação na CCJ. **Página 4**



Ministro do TST e representantes da OAB e do Ministério do Trabalho condenam “avalanche de projetos para regulamentação”



Presidida por Patrícia (ao lado de Azeredo), CAS recebe Agenor Silva (E)

Comissão aprova indicação de José Agenor Silva para Anvisa

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por unanimidade, parecer favorável à mensagem do Executivo que indica o nome do sanitaria José Agenor Álvares da Silva para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O relator ad hoc, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou o fato de o candidato ser um profissional das áreas de saúde pública e de saneamento, sendo formado em Farmácia e Bioquímica, com especialização em Saúde Pública e pós-graduação em Administração Pública.

O indicado foi ministro da Saúde no primeiro governo do presidente Lula. Antes, já havia exercido o cargo de secretário-executivo do Ministério da Saúde e, por concurso público, foi admitido como sanitaria no quadro da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (atual Anvisa). Em

sua apresentação, ele explicou as inúmeras atribuições da Anvisa, que classificou de órgão de Estado e não de governo, encarregado de decidir sobre interesses e necessidades da população, independentemente de injunções políticas ou partidárias.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o papel mais relevante da Anvisa diz respeito à conscientização da cidadania e ao reconhecimento, pelo consumidor, de seus direitos e responsabilidades. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) quis saber se a Anvisa carece de recursos financeiros e humanos na atual administração. José Agenor respondeu que falta ao órgão autonomia administrativa e financeira.

Também se pronunciaram os senadores Flávio Arns (PT-PR), Romeu Tuma (DEM-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Aumento de registro de profissões recebe críticas

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho, o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Distrito Federal, Luiz Eduardo Sá Roriz, e o coordenador de registros profissionais do Ministério do Trabalho, Francisco Gomes, são contrários à proliferação de regulamentação de profissões. Eles se manifestaram contra a “avalanche” de pedidos e projetos nesse sentido durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizada ontem para debater o assunto.

Francisco Gomes observou que há, no Ministério do Trabalho, 2.500 profissões catalogadas, das quais 84 são regulamentadas. Ele disse que existem muitas propostas esdrúxulas de regulamentação de profissões

e que o ministério tem dado pareceres contrários a esses pedidos.

Ives Gandra observou que a multiplicação de profissões é um caminho difícil de ser adotado hoje e apontou problemas que acabam ocorrendo, tais como reserva de mercado, corporativismo, criação de sindicatos diversos e esfacelamento de áreas profissionais.

Projeto

O ministro frisou que está sendo retomado, agora, um projeto iniciado cerca de dez anos atrás, a partir da Lei Complementar 95/98, que determina a consolidação da legislação federal. O objetivo da proposta é, segundo Gandra, aglutinar tudo o que já existe em matéria trabalhista e trazer todas as profissões já regulamentadas para dentro da Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT). O ministro também sugeriu que, em algumas áreas, poderá haver um só conselho profissional para atividades similares.

Para Luiz Eduardo Sá Roriz, a estratificação das profissões e o excesso de regulamentação não são o caminho para a modernidade, pois a tendência mundial é justamente a desregulamentação do setor.

O assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho, Alessandro Ferreira dos Passos, considera que é preciso decidir sobre a regulamentação dos conselhos profissionais para que fique determinado se deverão ser entidades privadas ou autarquias.

Na CAS tramitam 19 projetos – a maioria de senadores – que tratam da regulamentação de profissões e criação de conselhos profissionais.



Ministério tem dado pareceres contrários a pedidos, diz Gomes



Ives Gandra alerta para formação de reserva de mercado



Luiz Eduardo Sá Roriz: tendência mundial é desregulamentação

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem a Brasília

Às 11h, os senadores reúnem-se em sessão especial para comemorar o aniversário de Brasília. A capital do país foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

O fim dos celulares nas prisões

Em reunião marcada para as 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debaterá, entre outros projetos, o que determina às empresas operadoras do serviço móvel pessoal a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais.

Direitos dos povos indígenas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se às 9h para discutir os direitos dos povos indígenas. Entre os convidados para o debate estão o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Meira, e o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Habitação popular

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) tem reunião marcada para as 11h. O primeiro item da pauta é o projeto que altera o Programa Especial de Habitação Popular (Lei 10.840/04), para prever, entre outras medidas, a ampliação do programa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, César Borges, Magno Malta, Paulo Paim, Wellington Salgado e Mão Santa

Mais rigor contra a lavagem de dinheiro, especificação de dados não sigilosos e incentivo à inserção do preso são objetivos de projetos acolhidos por comissão

Iniciativa define dados cadastrais não sigilosos

Projeto aprovado ontem pela CCJ define quais dados não devem ser considerados sigilosos para fins de investigação criminal. Conforme a proposição, não são dados sigilosos informações cadastrais básicas como endereço, estado civil e registros de identidade e de Cadastro da Pessoa Física (CPF) e jurídica (CNPJ). De autoria de Demostenes Torres (DEM-GO), a matéria teve como relator Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Pela proposta, também poderão ser liberadas informações cuja revelação seja expressamente consentida pelos interessados e a movimentação financeira em contas bancárias de instituições públicas ou de entidades em que o poder público detenha a prerrogativa de indicar a maioria dos administradores, exceto sociedades anônimas ou bancárias.

FNSP poderá ser usado na vigilância eletrônica urbana

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) pode ser utilizado no financiamento de projetos destinados a criar ou aperfeiçoar sistemas de investigação, segundo proposta de Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa.

A proposição, que teve como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), inclui entre as iniciativas que poderão ser financiadas pelo FNSP os sistemas de identificação e rastreamento eletrônico de veículos de cargas, e de bens e valores de expressiva soma; de vigilância monitorada por câmeras em locais de alto fluxo de pessoas; e de vigilância eletrônica em áreas residenciais.

O projeto também prevê a liberação, pelo fundo, de recursos para o Sistema Nacional de Digitalização de Impressões Digitais.



Renan Calheiros (E) participa da reunião da Comissão de Justiça, que foi presidida por Valter Pereira

CCJ aprova propostas que reforçam combate ao crime

O Senado deu ontem mais um importante passo no combate à criminalidade com a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de várias propostas do pacote antiviolação, entre elas a que torna mais rigorosa a punição para lavagem de dinheiro e a que especifica os dados que não devem ser considerados sigilosos para fins de investigação criminal.

As outras propostas acolhidas pela CCJ são a que

permite que o Fundo Nacional de Segurança Pública possa financiar projetos para aperfeiçoar sistemas de investigação; a que concede incentivo a empresas que investirem na formação e na contratação de presos; e a que amplia a aplicação de penas alternativas.

A comissão ainda rejeitou o projeto que autorizava os estados a legislar sobre direito penal, nos casos de aumento de penas e de contravenção penal.

As demais propostas do

pacote antiviolação, como a que antecipa a maioria penal, serão discutidas pela CCJ no dia 25.

Presente à reunião, que foi presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), o governador de São Paulo, José Serra, pediu apoio para projeto entregue por ele ao presidente do Senado, Renan Calheiros, estabelecendo o monitoramento eletrônico de condenados em liberdade condicional ou em regime semi-aberto.

Rol de penas alternativas deve ser ampliado

Como parte do pacote antiviolação, a Comissão de Justiça aprovou, em decisão terminativa, alterações no Código Penal com o objetivo de ampliar o rol de penas alternativas. Uma das mudanças permite ao juiz substituir a privação da liberdade pelo recolhimento domiciliar, com o compromisso de o condenado frequentar curso escolar ou profissionalizante.

Valter Pereira, relator do PLS 163/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP), que valoriza as penas alternativas, apresentou substitutivo aproveitando parte de proposta (PLS 137/07) de Demostenes Torres (DEM-GO) que também trata do tema.

Conforme a proposição aprovada, o juiz poderá aplicar outras penas alternativas não previstas na legislação, levando-se em conta a situação econômica, a aptidão



Substitutivo resultou de projetos de Mercadante (D) e Demostenes

e a personalidade do réu. A proposta retira da legislação o limite máximo de 360 salários mínimos para a pena

de prestação pecuniária, visando punir com rigor o criminoso de maior poder aquisitivo.

Isenção fiscal a empresa que investir em profissionalização

As empresas que investirem em contratação e formação educacional e profissional de trabalhadores que estiverem cumprindo pena privativa de liberdade poderão ter os respectivos gastos deduzidos do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Projeto nesse sentido (PLS 148/07), de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, que teve como relator

Aloizio Mercadante, será submetida agora a votação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo a proposição – que compõe o chamado pacote antiviolação que a CCJ está apreciando –, para ter direito à dedução a empresa deverá atender a vários requisitos, como assinatura prévia de convênio com órgãos públicos responsáveis pela administração penitenciária, estabelecendo as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores.

Projeto fecha o cerco à lavagem de dinheiro

A ocultação e a dissimulação de valores de origem ilícita poderão ser tipificadas como crime de lavagem de dinheiro, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça.

De autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta, aprovada na forma de substitutivo, “igual a nossa legislação à de países como Estados Unidos, México, Suíça, França e Itália”, sustentou o relator, Jarbas Vas-

concelos (PMDB-PE). Ele destacou o artigo que torna os crimes de lavagem de dinheiro inafiançáveis; o que permite o julgamento à revelia; e o que não foca o bem específico (de origem ilícita) para fins de confisco, mas o valor do ganho criminoso.

Pedro Simon (PMDB-RS), que foi relator na Comissão de Assuntos Econômicos, também elogiou a matéria. O projeto vai ao Plenário.

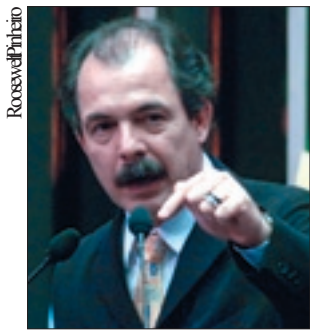
Serra defende em comissão monitoramento de presos

O governador de São Paulo, José Serra, surpreendeu ontem os senadores da CCJ ao comparecer à reunião que votava, em regime de mutirão, o pacote antiviolação. Ele foi pedir apoio para o projeto que estabelece o monitoramento eletrônico de presos, que havia entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo Serra, Renan prometeu conduzir esforços para que a proposta comece a tramitar.

O governador esclareceu à CCJ que o monitoramento eletrônico seria aplicado a

condenados em liberdade condicional ou em regime semi-aberto. Com isso, notou, haveria diminuição de presos nas cadeias, com imediata economia para os estados. Segundo ele, há em São Paulo 153 mil presos – o maior número de pessoas encarceradas do país.

Acompanhado de deputados do PSDB paulista, o governador enalteceu o trabalho que a CCJ vem realizando. Aloizio Mercadante saudou a presença de Serra e lembrou que estão na pauta dois projetos sobre monitoramento.



Para Mercadante, mudança nas leis é imprescindível

Mercadante faz balanço de votações na CCJ

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a mudança na legislação, por si só, não vai resolver a crise da segurança pública, mas é imprescindível. O senador fez exposição das matérias apreciadas na CCJ, destacando a identificação do crime organizado, o aperfeiçoamento da legislação sobre crimes de lavagem de dinheiro e o agravo da pena para quadrilha que utilizar menor de idade. Também chamou a atenção para as proposições que pretendem enfrentar o problema prisional.



Flexa Ribeiro: ex-governador do Pará não autorizou massacre

Flexa Ribeiro isenta Almir Gabriel

Embora negando a intenção de fazer a defesa do ex-governador do Pará Almir Gabriel (PSDB), o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) atribuiu a ele as qualidades de homem público de integridade moral e compromisso social, que não teria autorizado o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

O senador disse não acreditar que a governadora Ana Júlia Carepa (PT) tenha responsabilizado seu antecessor pela ação que gerou 19 mortos e 69 mutilados.

Levantamento que visa orientar votação de projetos sobre segurança pública mostra que 93% dos brasileiros querem acabar com benefícios para quem pratica crime hediondo

Impunidade é a principal causa da violência, diz pesquisa DataSenado

A impunidade é a principal causa de violência na opinião dos brasileiros, conforme dados revelados pela Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública – DataSenado – em levantamento sobre a violência no Brasil. Na pesquisa, realizada por telefone entre março e abril, foram ouvidas 1.068 pessoas, a partir de 16 anos de idade, de 130 municípios de 27 estados. O objetivo da investigação é municiar a votação dos projetos de lei sobre segurança pública em tramitação no Senado.

“A impunidade aparece em primeiro lugar com 30% das citações, o tráfico e o consumo de drogas em segundo (26%) e só em terceiro e quarto aparecem, na ordem, desemprego e educação de baixa qualidade”, informa o relatório.

O estudo mostra que, hoje, a maioria dos brasileiros (69%) quer o aumento

da pena máxima de 30 anos, a exclusão de benefícios para quem pratica crime hediondo (93%) e a proibição do uso de celular nas penitenciárias (77%).

A prisão perpétua, no entendimento de 75% dos consultados, também passou a fazer parte das opções válidas no combate ao crime.

Maioridade

Segundo 87% das pessoas ouvidas pelo DataSenado, os menores infratores devem receber a mesma punição dos adultos. De acordo com 36%, os jovens devem adquirir maioria penal aos 16 anos. Outros 29% consideram que desde os 14 anos o menor já deve ser imputável. E 21% dos brasileiros defendem punição a partir dos 12 anos. Para os demais, 14%, a maioria

penal não deveria existir e o infrator teria de ser punido em qualquer idade.

Dos entrevistados, 36% declararam já ter sido vítimas de atos violentos. Desses, 77% foram assaltados ou roubados. Outros 7% já perderam um parente ou conhecido, vítima de homicídio.



O brasileiro está cético em relação ao combate à violência e à melhoria dos serviços de segurança. Para 68% dos pesquisados, a segurança pública não merece nota acima de 5, sendo que para 20% a nota

dos níveis de segurança do país não passa de 1.

Para 93% dos brasileiros, o investimento em segurança precisa ser obrigatório, como já acontece com a saúde e a educação. Além da demanda por maiores investimentos, 81% são favoráveis à presença das Forças Armadas nas ruas. Sobre a possibilidade de cada estado brasileiro ter autonomia para punir infratores de forma diferenciada, 62% concordaram.

Em comparação com o passado, 86% avaliaram que a violência hoje é maior do que era nos últimos 12 meses. Já 61% apostam que ela vai continuar aumentando nos próximos 12 meses, enquanto 18% imaginam que irá se estabilizar nos altos patamares atuais.

O DataSenado informa também que a margem de erro da pesquisa é de 3% e a de confiança, de 95%.



Valter Pereira: militares devem guardar as fronteiras

Valter Pereira quer ação das Forças Armadas

Ao comentar o resultado da pesquisa DataSenado, Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que as Forças Armadas precisam cumprir o papel determinado pela Constituição, guardando as fronteiras e impedindo o contrabando de armas.

– Se cumprirem essa missão nas fronteiras já estarão dando grande contribuição, pois vão secar uma das fontes da violência no país.

Valter Pereira destacou que 86% dos entrevistados acreditam que a violência continuará aumentando.

Malta: legalizar bingo é atrair contravenção

“Legalizar o bingo é chamar a contravenção para dentro do país”, opinou Magno Malta (PR-ES) ao elogiar a operação da Polícia Federal que, depois de quase um ano de investigações, prendeu no domingo várias pessoas supostamente envolvidas em esquema de corrupção, jogos ilegais, tráfico de influência e lavagem de dinheiro. Para o senador, esse trabalho poderia ter obtido resultados antes se a CPI dos Bingos tivesse realmente investigado as casas de bingos do país.



Malta lamenta que CPI não tenha investigado casas de bingo

Cidadãos podem ter informações sobre projetos

O Senado Federal, por meio do serviço 0800, está fornecendo informações aos cidadãos sobre todos os projetos relativos à segurança pública que estão sendo examinados pela Casa ou que já foram enviados à apreciação da Câmara. Ao acessar o serviço, as pessoas poderão saber sobre ritos de tramitação de cada proposta, nomes de relatores, conteúdo das matérias e também sugerir aos senadores novas idéias que possam contribuir para o combate à violência.

Tramitam no Congresso dezenas de proposições sobre o tema, incluindo o projeto que reduz a maioria penal, a ser analisado pela CCJ na próxima semana.

O número do Alô Senado, serviço vinculado à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), é

Renan: “Criminalidade aterroriza sociedade”

“Ninguém mais discorda de que a criminalidade é hoje o assunto que mais aterroriza a sociedade brasileira.” A afirmação é do presidente do Senado, Renan Calheiros, ao divulgar ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os resultados da pesquisa DataSenado. Ele anunciou que tão logo o pacote de medidas antiviolência seja votado na CCJ, novo esforço concentrado se realizará em Plenário para a análise final das matérias.

–A pesquisa é um reflexo dessa ansiedade social por providências para enfrentar esse angustiante problema. O aumento da pena máxima, hoje de 30 anos, é defendida por 69% da população, e quase a unanimidade dos entrevistados (93%) não quer nem ouvir falar em benesses para quem pratica crime hediondo. Na opinião de 75%, a



Renan anuncia esforço concentrado em Plenário para examinar pacote

prisão perpétua passou a ser considerada conveniente – frisou Renan.

Após a apresentação dos resultados do estudo na CCJ, Romeu Tuma (DEM-SP) afirmou que mais importante que reconhecer a capacidade criminosa de um menor é pensar naqueles que não foram contaminados com a delinquência e que precisam de assistência social eficiente.

O vice-presidente da CCJ, Valter Pereira (PMDB-MS), apontou a pesquisa Data-

Senado como mais uma ferramenta para aperfeiçoar a atividade legislativa.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a violência deve ser atacada com medidas capazes de combater a desigualdade no país.

Vários senadores elogiaram o trabalho desenvolvido pelo sistema de comunicação do Senado e os esforços conduzidos pelo presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), na elaboração do pacote antiviolência.

Suplicy elogia indicações de Lula para nova secretaria e BNDES

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a decisão do presidente Lula de convidar o professor da Universidade de Harvard Roberto Mangabeira Unger para assumir a Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo, a ser criada.

O senador também saudou a escolha do economista Lu-

ciano Coutinho para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Suplicy disse que Coutinho é uma “figura notável”, que compartilha das visões de desenvolvimento postuladas por Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.



Suplicy saúda convites a Mangabeira Unger e Coutinho

Rosalba apela por agricultores potiguares vitimados pela seca

A liberação imediata dos recursos do benefício Garantia-Safra para compensar as perdas sofridas pelos produtores rurais do Rio Grande do Norte com a seca foi cobrada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Instituído pela Lei nº 10.420/02, o benefício só poderá ser pago caso o mu-

nício tenha sido declarado em estado de calamidade ou em situação de emergência.

A senadora disse que pequenos produtores, sobretudo da região do Potengi, do Trairi e da Zona do Agreste potiguar, relataram a ela a perda de safras e de pequenos rebanhos.



Liberação do Garantia-Safra deve ser imediata, defende Rosalba



Simon: Heloísa indicava o erro e apontava o caminho da correção

Simon presta homenagem a Heloísa Helena

Pedro Simon (PMDB-RS) utilizou-se de poesia e de recursos narrativos para fazer homenagem à ex-senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). O senador inspirou-se em João Cabral de Melo Neto ao descrever a trajetória de “vida severina” de Heloísa.

Simon destacou o momento mais dramático da vida política da então senadora Heloísa Helena: sua expulsão do PT por discordar da determinação do seu partido na votação a favor da reforma da Previdência Social e dos rumos adotados pela legenda.

– Ela soava como um corretor de textos. Ao primeiro sinal de erro político, ela se manifestava, ao mesmo tempo que apontava os caminhos de sua correção.

Oposição propõe CPI do Apagão Aéreo no Senado

Renan Calheiros determina à Secretaria Geral da Mesa conferência das assinaturas e dos requisitos, e marca reunião de líderes para terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem de parlamentares oposicionistas o requerimento que pede a criação da CPI do Apagão Aéreo. Renan determinou à Secretaria Geral da Mesa a conferência das assinaturas dos senadores e dos requisitos constitucionais e regimentais do documento – fato determinado, prazo, número de membros e limite de despesas financeiras.

Renan marcou para a próxima terça-feira reunião com os líderes partidários a fim de discutir a viabilização da comissão parlamentar de inquérito. “Com absoluta isenção serei escravo do Regimento e da Constituição”, garantiu.

Assinado por 34 senadores até agora, o documento pede a criação de CPI com prazo de 180 dias de funcionamento, composta por 13 senadores e com dotação orçamentária estimada em R\$ 200 mil. O colegiado deverá investigar e apurar “as causas, condições e



Ao receber requerimento, Renan afirma que agirá “com absoluta isenção”

responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire”. Segundo o requerimento, a crise aérea “teve seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo em 30 de março de 2007”.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse que o objetivo da CPI é “mostrar ao governo o que

não foi feito e apontar o que foi mal feito: o apagão continua a incomodar os brasileiros”. Além das 34 assinaturas de senadores do PSDB, DEM, PDT, PSOL e PMDB, segundo Agripino, Jefferson Péres (PDT-AM) e Alvaro Dias (PSDB-PR) assinarão o requerimento na próxima semana.

Em entrevista, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que os problemas na aviação brasileira podem voltar a qualquer momento. Ele avaliou que o mais provável é que coexistam duas comissões do Apagão Aéreo – uma na Câmara e esta no Senado.

Audiência marca celebração no Congresso do Dia do Índio

O Dia do Índio será celebrado hoje no Senado com uma audiência pública promovida pelas comissões de Direitos Humanos (CDH), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), e por comissões da Câmara dos Deputados. Foram convidados para o evento cerca de mil líderes indígenas que estão em Brasília par-

ticipando do Acampamento Terra Livre 2007.

Os direitos e demandas dos povos indígenas serão debatidos com os ministros Tarso Genro (Justiça), Fernando Haddad (Educação), Marina Silva (Meio Ambiente), Silas Rondeau (Minas e Energia) e José Gomes Temporão (Saúde), e integrantes de ONGs.



Tião Viana (E) recebe Ney Matogrosso e integrantes do movimento Morhan

Manifestantes cobram pensão a pessoas com hanseníase

Pessoas atingidas pela hanseníase estiveram ontem no Congresso para pedir a aprovação do projeto de lei que prevê o pagamento de pensão vitalícia aos portadores da doença que foram obrigados a se isolar em hospitais-colônia.

Participaram do encontro o autor do projeto (PLS

206/06), senador Tião Viana (PT-AC); os deputados Pepê Vargas (PT-RS) e Cida Diogo (PT-RJ); e o cantor Ney Matogrosso. O ato foi organizado pelo Movimento de Reintegração das Pessoas atingidas por Hanseníase (Morhan), e teve a participação de representantes de 17 estados.



Gilvam lembra defesa do manejo sustentado das florestas nativas

Gilvam exalta a administração do ex-governador do Acre Jorge Viana

Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou o ex-governador do Acre Jorge Viana pela administração do estado em dois mandatos.

Mesmo tendo pedido esclarecimentos, semana passada, sobre reportagem de Veja com o título “Devastação no Acre durante a gestão de Jor-

ge Viana foi maior do que se pensava”, Gilvam destacou o papel do então governador em defesa do manejo sustentável das florestas nativas.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC) e Tião Viana (PT-AC) agradeceram o reconhecimento do trabalho desenvolvido por Jorge Viana.



Campos diz que problema pode comprometer futuro das crianças

Campos quer rótulos de refrigerante alertando para obesidade infantil

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem, em Plenário, que apresentou projeto de lei tornando obrigatória a advertência sobre os riscos da obesidade infantil nos rótulos de refrigerantes. As embalagens também deverão informar, de forma legível, a quantidade de calorias que a ingestão de cada

unidade representa, conforme proposta do parlamentar.

Na avaliação do senador, a questão da obesidade infantil representa atualmente um dos maiores problemas de saúde pública no país, o que, segundo alertou, poderá comprometer o futuro de crianças e adolescentes.

Voto de pesar pela morte de Maria Lenk

O Senado aprovou na terça-feira dois requerimentos de voto de pesar apresentados pelos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Romeu Tuma (DEM-SP) pela morte da nadadora brasileira Maria Lenk, de 92 anos, ocorrida na segunda-feira. Maria Lenk foi pioneira, ao se tornar a primeira sul-americana a participar de uma competição olímpica: as Olimpíadas de Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1932. Devem ser apresentadas condolências à família da nadadora e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outras instituições.

Jonas ressalta premiação a Manoel Cintra

Jonas Pinheiro (DEM-MT) destacou ontem o título honorário de Personalidade do Ano de 2007 concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos ao presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto. A solenidade de outorga da homenagem será no dia 24 de maio, em Nova York.

A BM&F, disse o senador, já se posiciona como uma das dez maiores bolsas de derivativos do mundo, tendo alcançado na segunda-feira a marca de 2 bilhões de títulos negociados.

Participação financeira de estados e municípios poderá ser reduzida de 20% para até 0,1% do valor dos projetos de saneamento e habitação

Menor contrapartida local em obras previstas no PAC

Os senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluíram ontem a votação da proposta do Executivo que reduz o valor da contrapartida dos estados e municípios nos projetos de habitação e saneamento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A aprovação final da proposta foi possível devido ao fato de os sete destaques apresentados à matéria terem sido considerados prejudicados pela ausência dos seus autores.

A redução nas contrapartidas, de 20% para até 0,1% do valor total do projeto, foi sugerida por Francisco



Proposta de Dornelles aprovada na CMO será votada pelo Congresso

Dornelles (PP-RJ), que foi o relator da proposta do Executivo. A matéria segue agora para apreciação do Congresso Nacional.

O texto aprovado – Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/07

Câmara

– altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 e prevê a redução do superávit primário, com o objetivo de atender à programação do Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI). De acordo com a matéria, o superávit será reduzido em até R\$ 11,8 bilhões, o que corresponde a 0,5% do produto interno bruto (PIB) estimado para 2007. Devido a essa alteração, os recursos destinados ao PPI, descontados do superávit, passarão de R\$ 4,59 bilhões para R\$ 11,28 bilhões.

A próxima reunião da CMO está agendada para quarta-feira.

Ministro debaterá programa espacial brasileiro

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) convidando o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para discutir a atuação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, localizado em Santa Maria (RS), e também o futuro do Centro de Lançamento de Alcântara (MA). A audiência pública, ainda sem data marcada, deverá ser realizada em conjunto com os senadores que integram a Comissão de Educação (CE).

Durante a reunião da CCT realizada ontem, o presidente da comissão,



Em reunião da CCT, Wellington (E) anuncia integrantes de subcomissão

senador Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou os membros de duas subcomissões vinculadas ao colegiado: a de Serviços de Informática, que será permanente, e a de Desenvolvimento e Apoio aos Pólos Tecnológicos, que terá caráter temporário. Ambas deverão realizar reuniões de trabalho para

eleger presidente e vice-presidente.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou ainda, em decisão terminativa, 13 projetos de decreto legislativo que tratam da renovação e autorização de emissoras de rádio e de televisão.



Marisa recebe Steve Solot, representante da Motion Picture Association

Pirataria preocupa estúdios cinematográficos dos EUA

A pirataria na indústria audiovisual movimentou anualmente US\$ 110 milhões no Brasil. A estimativa é do vice-presidente da Motion Picture Association (MPA), Steve Solot, que se reuniu ontem com a vice-presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, senadora Marisa Serrano

(PSDB-MS). No encontro, foram antecipados tópicos que serão abordados em audiência pública sobre o tema.

O debate deverá ser realizado em maio, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), conforme requerimento de autoria da senadora, aprovado anteriormente pela subcomissão.

Senado assina convênio com TCE do Rio Grande do Norte

Foi assinado ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), um protocolo de intenções entre o Senado e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) para permitir aos servidores deste órgão acesso aos cursos e demais ferramentas educativas e culturais oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasi-

leiro (ILB) e pelo programa da Comunidade Virtual do Poder Legislativo – o Interlegis. De acordo com o convênio, professores do ILB e do Interlegis irão ao Rio Grande do Norte treinar servidores do TCE.

– Esse é o caminho: dar mais condições aos funcionários para ter um Legislativo mais qualificado – disse Efraim.



Efraim, entre parlamentares do Rio Grande do Norte, preside solenidade

Flávio Arns homenageia médico australiano

Flávio Arns (PT-PR) fez ontem uma homenagem em Plenário ao médico australiano John J. Billings, idealizador do método da ovulação para o planejamento natural da família. Billings faleceu no último dia 1º de abril,

aos 88 anos de idade, na cidade de Melbourne, Austrália.

Nas décadas de 1950/1960, informou o senador, John J. Billings desenvolveu o método de planejamento familiar que suplantou as técnicas na-

turais do ritmo e da temperatura basal, até então conhecidas. O trabalho científico do médico, segundo disse Flávio Arns, concluiu que a presença do fluxo mucoso definia o período de fertilidade cíclica da mulher.

Divulgado boletim médico sobre estado de ACM

O Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor) em São Paulo divulgou boletim médico no começo da tarde de ontem informando que o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) estava consciente, comunican-

do-se, locomovendo-se e respirando sem a ajuda de aparelhos, embora apresentasse insuficiência cardíaca.

O senador internou-se no Incor na terça-feira para fazer exames de avaliação, tendo sido enca-

minhado para observação na unidade de terapia intensiva (UTI).

A assessoria de imprensa do hospital informa ainda que novo boletim médico está previsto para ser divulgado hoje, a partir das 13h.

Renato Casagrande quer controle externo para tribunais de contas

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a aprovação de duas propostas de emenda à Constituição de sua autoria referentes aos tribunais de contas da União, de estados e municípios.

Uma delas (PEC 15/07) estabelece concurso público para o preenchimento dos

cargos de ministro do TCU e de conselheiros nos tribunais de contas de estados e municípios. A segunda (PEC 30/07) prevê um sistema de controle externo com a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto a essas instituições.



Casagrande propõe concurso para ministro do TCU e conselheiros

Para César Borges, saúde pública em Salvador vive situação precária

“O caos tomou conta da saúde pública em Salvador”, afirmou ontem César Borges (DEM-BA). Segundo o senador, o governo do estado passou a gestão do Sistema Único de Saúde à prefeitura, responsável pela administração de repasses de R\$ 277 milhões, o que representa um

aumento de 324% nas verbas para o setor.

– Mas a saúde pública em Salvador é precária. Temos um déficit de 1.775 leitos de UTI em todo o estado, faltam médicos para o atendimento de urgência nos prontos-socorros e os casos de dengue triplicaram.



Borges critica gestão do SUS pela prefeitura da capital baiana



Cafeteira: legislação sobre pessoas com deficiência é avançada

Leis precisam ser cumpridas, diz Cafeteira

“As leis são belas no papel, mas não são cumpridas”, lamentou Eptácio Cafeteira (PTB-MA), referindo-se à legislação sobre direitos das pessoas com deficiência. O senador considera a legislação brasileira avançada e abrangente, “mas tanto o poder público quanto as empresas privadas não respeitam a maioria das leis”.

Cafeteira apontou o Senado como um exemplo para as instituições e empresas, pois acabou com várias barreiras físicas e de comunicação com ações como a implantação de rampas, elevadores, carros elétricos, leitor de Libras no seu site e realização da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

– Descumprir a lei é afrontar a própria sociedade – afirmou.

Collor apresenta proposta para instituir o parlamentarismo

Projeto segue modelo próximo ao adotado na Alemanha e atribui ao conselho de ministros a responsabilidade de responder pela política do governo e pela administração federal

Uma proposta de emenda à Constituição que objetiva instituir o parlamentarismo no Brasil foi apresentada ontem por Fernando Collor (PTB-AL). “Se olharmos o panorama do mundo contemporâneo, vamos constatar que o presidencialismo é, cada vez mais, uma exceção”, afirmou.

Ao apresentar a PEC 31/07, o senador disse considerar o atual momento ideal para o país discutir modificações no seu sistema de governo, já que as instituições estão funcionando normalmente e a política vive uma rara fase de estabilidade, após reeleições

seguidas de dois presidentes da República.

– Tenho certeza de que, na medida em que diferentes partidos se somarem à opção parlamentarista, o apoio político à causa aumentará – ressaltou Collor, recordando que já foram realizadas duas consultas populares sobre o assunto, em 1963 e em 1993.

Marco Maciel (DEM-PE), apesar de elogiar a iniciativa, por considerar que ela incrementará o debate em torno da reforma política, opinou que, depois do plebiscito de 1993, o presidencialismo passou a ser cláusula pétrea da Constituição.



Para Collor, momento atual é estável e favorece a discussão

Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que só seria favorável ao parlamentarismo se fosse adotado um modelo como o de Israel, onde a população vota para eleger o primeiro-ministro. Mas a proposta de Collor segue um modelo

próximo ao da Alemanha, que confere mais estabilidade ao gabinete parlamentar. De acordo com a PEC, o presidente do conselho de ministros seria nomeado pelo presidente da República após aprovação por maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Já Paulo Paim (PT-RS) destacou que o Brasil somente terá um Congresso forte quando o país adotar o sistema parlamentarista. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou que a Constituição foi elaborada prevendo que a população acataria o parlamentarismo no plebiscito de 1993.

Delcídio sugere política exclusiva para fronteiras

Uma política pública específica para as regiões de fronteira com países vizinhos foi proposta por Delcídio Amaral (PT-MS).

Entre as razões que justificam a proposta, o senador enumerou a necessidade do livre trânsito de um país

para outro das pessoas que moram nas áreas de fronteiras; o ensino de português e de espanhol nas escolas; o reconhecimento de cursos superiores; e a falta de perspectivas, que acaba levando pessoas para o tráfico e o contrabando.

Ele afirmou já ter discutido a proposta, no primeiro mandato de Lula, com o então ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, e disse que apresentará a sugestão ao presidente da Subcomissão da Reforma Tributária, Tasso Jereissati (PSDB-CE).



Delcídio quer melhorar perspectivas de quem vive em região de fronteira



Segundo Serys, Lula determinou que sua equipe percorra o país



Camata lamenta a queda de helicóptero no Espírito Santo

Senado encaminha voto de pesar a famílias de seis vítimas de acidente

O Senado encaminhará voto de pesar às famílias dos dois policiais militares e dos quatro integrantes de uma equipe médica que morreram na queda de um helicóptero da PM, ocorrida em Colatina (ES), na madrugada da segunda-feira.

Segundo Gerson Camata

(PMDB-ES), primeiro signatário do requerimento de voto de pesar – que também foi assinado por Magno Malta (PR-ES) e Renato Casagrande (PSB-ES) –, o helicóptero transportava órgãos que seriam usados em transplantes em Vitória e explodiu ao colidir com uma pedra.



Mão Santa comemora fim das “agruras” enfrentadas por idosos

Mão Santa anuncia que Correios retomaram acordo com INSS

A retomada do acordo entre os Correios e o INSS, para o pagamento de aposentadorias em cidades que não têm agências bancárias, foi anunciada ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que atribuiu a decisão ao apelo que fez à primeira-dama, dona Marisa Letícia.

O senador disse que recebeu a notícia do presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio, solicitando que Mão Santa fizesse o anúncio da retomada do convênio da tribuna em que denunciou as agruras enfrentadas pelo aposentados em mais de 200 municípios do Piauí.



União de trabalhadores, governo e empresas é sugerida por Sibá

Sibá: Brasil pode liderar produção de biocombustível

O Brasil tem todas as condições para se tornar líder mundial na produção de biocombustíveis. A afirmação foi feita pelo senador Sibá Machado (PT-AC), ao comentar a audiência realizada ontem pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

No entanto, ele observou que existem inúmeros problemas a serem solucionados, como a exploração dos trabalhadores e o risco de devastação da Amazônia, do cerrado e da caatinga.

Sibá sugeriu a aplicação das parcerias público-privadas-comunitárias (PPC). O modelo reúne o setor público, empresários e cooperativas de trabalhadores e já vem sendo usado com sucesso no Acre, observou o senador.

Casagrande relata discussões sobre mudança climática

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas, fez ontem um relato dos trabalhos do colegiado. Depois de ouvir representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em reunião realizada terça-feira, os membros da comissão ampliaram a visão sobre “um quadro que se anuncia sombrio”, nas palavras do parlamentar.

Os senadores e deputados também foram informados sobre o contingenciamento de R\$ 5 milhões do Orçamento da União destinados a pesquisas da Embrapa.

Ex-ministro da Agricultura e atual titular da pasta afirmam que plantio de cana-de-açúcar pode ser feito em solo degradado ou ocupado por pastagem

Produção de etanol reduz área de cultivo alimentar?

O ex-ministro da Agricultura, coordenador da Comissão Interamericana do Etanol e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Rodrigues, negou que o plantio da cana-de-açúcar destinado ao etanol vá tomar o lugar da produção de alimentos, como temem alguns setores da pesquisa e até da política.

– Não é verdade que a cana vá se chocar com a alimentação. Temos milhões de hectares de pastagens que podem ser usados na agricultura – disse.

Durante audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Roberto Rodrigues afirmou que é uma “bobagem” a idéia de que a Amazônia será derrubada para a plantação de cana, já que é “agronomicamente impossível” o plantio em uma região de chuvas intensas.

Com um discurso na mesma linha, o titular da pasta da Agricultura, ministro Reinhold Stephanes, lembrou que quase 50 milhões de hectares no país

são destinados atualmente à produção de grãos, além de o produtor brasileiro vir aumentando sua produtividade por hectare.

– Com o etanol, ocupamos pouco mais de 10% [da área plantada], algo em torno de 6 milhões de hectares – acrescentou.

Stephanes revelou ainda que o Ministério calcula existirem 50 milhões de hectares de áreas degradadas no Brasil, que poderiam ser recuperadas com cana-de-açúcar. A produção do etanol, ressaltou, pode ser feita respeitando-se as condições socioeconômicas e ambientais.



Rodrigues (D) e Stephanes, na mesa com Roriz, Marisa e João Tenório, durante audiência conjunta da CRA e CMA

Para especialista, biodiesel promoverá inclusão social

O programa de biodiesel brasileiro, além de ser uma alternativa energética viável, promove inclusão social. A afirmação foi feita ontem por Arnaldo Campos, representante da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, durante debate.

Já o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ricardo Ferreira, ressaltou que, para a produção tanto de biodiesel quanto de etanol, o Brasil precisa garantir infraestrutura e marcos regulatórios que assegurem o investimento do setor privado.

Osmar Dias (PDT-PR) criticou aqueles que buscam colocar agronegócio e agricultura familiar em lados opostos. Também participaram da audiência pública os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT), Kátia Abreu (DEM-TO), Marisa Serrano (PSDB-MS), João Tenório (PSDB-AL), César Borges (DEM-BA) e João Pedro (PT-AM).

Contag alerta para risco de domínio norte-americano

O Brasil precisa ter cuidado na elaboração da estratégia de produção do etanol para que ela não seja construída de acordo com uma agenda que vá ao encontro de interesses dos Estados Unidos em detrimento dos brasileiros. O alerta foi feito por Ivaneck Alves, assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ele disse temer que a aposta na exportação para os Estados Unidos seja um erro, por não acreditar na mudança da matriz energética daquele país.

Também presente à audiência, o diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Antônio de Pádua Rodrigues, afirmou que a expansão da produção de cana no Brasil é uma realidade, mas se volta especialmente para o mercado interno. Só em 2007, acrescentou, 17 novas usinas entraram em funcionamento, e prevê-se que outras 30 serão criadas até o próximo ano.



José Nery (D) e Inácio Arruda são presidente e vice do colegiado

Subcomissão de Trabalho Escravo define cronograma

A Subcomissão Temporária de Trabalho Escravo, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), definiu ontem seu cronograma de atividades para o primeiro semestre. Foram aprovados quatro requerimentos do senador José Nery (PSOL-PA), presidente do colegiado. Ficou estabelecido que serão realizadas, em datas a serem definidas, visitas ao Pará, Maranhão e Tocantins, estados com

maior incidência de trabalho escravo.

Os senadores decidiram ainda promover, de 12 a 14 de junho, audiências com autoridades responsáveis pelo cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e com representantes de entidades da sociedade civil.

José Nery também propôs a realização de diligência em São Paulo para averiguar as condições de trabalho nas fazendas e usinas produtoras de álcool.

Papaléo alerta para biopirataria na Amazônia

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) voltou a cobrar providências do governo brasileiro para proteger a biodiversidade da região amazônica. A fragilidade na fiscalização dos 17 mil quilômetros de fronteiras do Brasil com outros países estimularia, segundo afirmou, a ação da biopirataria internacional.

– O Brasil detém 23% de toda a biodiversidade do planeta. A biopirataria é a maior ameaça à soberania nacional – advertiu o senador, ao revelar, com base no relatório de comissão parlamentar de inquérito da Câmara sobre biopirataria, que a prática gera déficit anual de US\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos.



Papaléo: segundo CPI, prática gera déficit anual de US\$ 2,5 bi



Projeto de estatuto está parado na Câmara, observa João Pedro

João Pedro apóia reivindicações das nações indígenas

Lembrando que hoje se comemora o Dia do Índio, João Pedro (PT-AM) defendeu as reivindicações das nações indígenas, cujos líderes estão acampados na Esplanada dos Ministérios. Eles querem cidadania plena, fim da tutela da União, demarcação e proteção de suas terras e acesso a serviços públicos que lhes garantam melhoria de qualidade de vida.

O senador ressaltou que o projeto de lei que trata do Estatuto do Índio está parado há quase 20 anos na Câmara dos Deputados.

– Um novo estatuto poderia abrigar todos os assuntos de interesse dos povos indígenas – frisou João Pedro.